



**UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES**

## DIPLOMAS RELEVANTES

PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA

DE 26 A 30 DE ABRIL | 2021



GABINETE JURÍDICO

### DESTAQUES

#### [DECRETO-LEI N.º 29-A/2021](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Cria um regime excecional e temporário de registo diário de trabalhadores de explorações agrícolas e do setor da construção

#### [DESPACHO N.º 4225-A/2021](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional

Revoga os n.os 13.1 e 13.2 do Despacho n.º 1242-A/2021, de 29 de janeiro

#### [RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 124/2021](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo a elaboração de um plano integrado de preparação do regresso aos contextos escolares

Cofinanciado por:



### [RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 127/2021](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo a integração das pessoas em situação de sem-abrigo e com doença mental severa nos grupos prioritários do Plano de Vacinação contra a COVID-19

### [RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 128/2021](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo que apresente, com carácter de urgência, o estudo relativo à definição das condições de acesso à reforma antecipada para as pessoas com deficiência

### [PORTARIA N.º 96/2021](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Estabelece as distinções a atribuir com a finalidade de reconhecer o mérito e a colaboração profissional na prossecução da missão da segurança social

## PORTARIAS DE EXTENSÃO

### [PORTARIA N.º 93/2021](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Associação dos Agricultores do Ribatejo - Organização de Empregadores dos Distritos de Santarém, Lisboa e Leiria e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Floresta, Pesca, Turismo, Indústria Alimentar, Bebidas e Afins - SETAAB

## JURISPRUDÊNCIA

### [ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL N.º 172/2021](#)

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no n.º 6 do artigo 10.º da [Lei n.º 25/2006](#), de 30 de junho, quando interpretada no sentido de estabelecer uma presunção inilidível em relação ao autor da contraordenação, independentemente da prova que sobre a autoria for feita em processo judicial